

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Ricardo Stuckert / PR



Quaest deixa Planalto otimista

Pesquisa: Lula melhorou no Sul e Centro-Oeste

Além de reafirmar a liderança de Lula na disputa presidencial e de registrar um empate técnico entre aprovação e desaprovação do presidente, a pesquisa Genial/Quaest apontou outros pontos positivos para o Planalto. Um dos mais animadores para os petistas é uma tendência de diminuição de impopularidade em regiões como Sul e Centro-Oeste, o que compensa uma oscilação negativa no Nordeste.

O presidente continua a ser majoritariamente rejeitado pelos jovens, mas virou o placar entre os que têm entre 35 e 59 anos e registrou quase um empate no grupo de 60 anos ou mais. As pessoas de renda familiar entre dois e cinco salários mínimos ainda resistem ao petista.

Programas aprovados

Outro dado muito comemorado foi a aprovação de alguns dos principais programas do governo, como o Minha Casa, Minha Vida, Farmácia Popular, Isenção de conta de luz para os mais pobres, Gás do Povo e Pé de Meia — todos estes receberam aplausos de mais de 60% dos entrevistados. Nenhuma das medidas citadas teve reprovação superior a 28%. Ou seja, o governo vai insistir em faturar as iniciativas.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Tarcísio é melhor entre os nem-nem

Independentes rejeitam Flávio

As simulações de segundo turno ressaltam a manutenção da polarização — o fato de Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ter ficado um ponto na frente do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), revela um empate. O Planalto prestou mais atenção no comportamento do eleitor que se diz independente — nem de esquerda nem de direita. Entre os integrantes deste grupo, 29% votariam em Tarcísio, mas apenas 23% escolheriam Flávio. Os votos em Lula ficam em 34% quando o candidato é o governador e pulam para 37% contra o senador.

Tarcísio, menos radical

A análise petista converge para o que é consenso entre partidos do Centrão. O eleitorado tende a continuar dividido no próximo ano, mas o favoritismo de Lula ficar maior caso enfrentar um candidato visto como mais radical, no caso, Flávio Bolsonaro. A avaliação é de que a pequena vantagem do senador sobre Tarcísio tem mais a ver com o fato de este ainda ser desconhecido.

Liminar contra PJs

Ao conceder liminar em ação do escritório de Viviane Barci de Moraes, mulher de Alexandre de Moraes, o ministro André Mendonça reforçou tendência do Supremo Tribunal Federal de negar vínculo empregatício a professores contratados como pessoas jurídicas. Viviane advoga para o grupo SEB, de educação.

Voto de Gilmar

Em março, a Segunda Turma do STF cassou, por quatro votos a um, decisão da Justiça do Trabalho que reconheceu os direitos trabalhistas de professores pejetizados da Universidade Anhanguera. Um dos que votaram contra o vínculo foi o relator, Gilmar Mendes, sócio de um grupo educacional.

Sociedade

Para Gilmar, esse tipo de ação deve correr na Justiça comum. Este ano, ele suspendeu ações trabalhistas que apontavam fraude na contratação de PJs para exercer tarefas típicas de funcionários celetistas. Mendonça, que concedeu a liminar, é sócio de instituto que oferece cursos e palestras.

Diferenças

Para o Ministério Público do Trabalho, o STF tem usado a possibilidade de tercerização total — aprovada na reforma trabalhista proposta no governo de Michel Temer — para autorizar a pejetização. Alega que são situações diferentes: na tercerização, o prestador de serviços é contratado por uma empresa; na pejetização isso não ocorre.

Guardas ameaçadas

A Associação Nacional de Guardas Municipais diz que o relatório da PEC da Segurança ameaça a existência de algumas dessas corporações. Presidente da AGM Brasil, Reinaldo Monteiro protocolou um relatório no Ministério da Justiça com os pontos que considera mais graves no relatório da proposta.

Demissões

Para Monteiro, o relator, deputado Mendonça Filho (União-PE), comete um equívoco ao transformar essas guardas em polícias municipais. Outro problema, diz, é exigir que apenas municípios com mais de 100 mil habitantes possa criar suas guardas. Para ele, isso eliminaria 90% delas e promoveria demissões.



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Projeto foi relatado por Mauro Benevides Filho

Termina a reforma tributária. PL vai à sanção

Último projeto foi aprovado na Câmara nesta terça-feira

Por Gabriela Gallo

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei complementar (PLP) nº 108/2024, o segundo que regulamenta a reforma tributária. A Casa aprovou o texto-base do projeto na segunda-feira (15), por 330 votos favoráveis e 104 contrários, e votou os destaques da medida em sessão na noite nesta terça-feira (16). Com isso, está concluída a reforma. O texto segue para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Enquanto o primeiro projeto que regulamenta a reforma tributária (Lei Complementar nº 214/2025) implementa os novos tributos IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), CBS (Contribuição de Bens e Serviços) e IS (Imposto Seletivo), o PLP 108 estabelece o Comitê Gestor do IBS (CG-IBS), responsável por gerir e fiscalizar o tributo.

Imposto Seletivo

Na sessão desta terça-feira, os parlamentares rejeitaram o destaque que delimitava um teto de 2% de Imposto Seletivo (IS) — apelidado de Imposto do Pecado, o tributo será implementado para encarecer produtos que fazem mal à saúde ou ao meio ambiente — para bebidas açucaradas. O resultado foi acirrado, com 242 votos contrários ao destaque e 221 votos favoráveis. A mudança foi proposta em primeiro momento

na votação do texto-base, mas foi recusada pelo relator do projeto na Câmara, deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE).

Em contrapartida, os deputados aprovaram o destaque que diminui de 8,5% para 5% a alíquota aplicada às Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs) no novo sistema tributário. Segundo o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), o destaque foi um acordo firmado entre as lideranças para “não tirar a competitividade entre os clubes que aderiram as SAFs e os clubes que mantêm o regime tributário normal”.

Dentre as mudanças feitas no Senado Federal que foram mantidas pela Câmara estão os descontos para a compra de automóveis por parte de pessoas com deficiência (PCD). O valor máximo para comprar o veículo com desconto foi ampliado de R\$ 70 mil para R\$ 100 mil.

A reforma

A reforma tributária visa simplificar o sistema tributário brasileiro, que atualmente é um dos mais complexos do mundo. Os três novos tributos não serão adicionados aos impostos já existentes, mas substituirão cinco impostos atuais.

O CBS será voltado para a União, que fará a cobrança substituindo impostos atuais. Já o IBS é voltado para os estados e municípios.